

A PERSPECTIVA ESCOLANOVISTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA DO BRASIL (1940)

Gabriele Barbosa Luiz¹

¹ Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) - UNESP. E-mail: gabriele.barbosa@unesp.br

Linha de Pesquisa/Eixo Temático: Filosofia e História da Educação no Brasil

Palavras-chave: Escolanovista. Ensino de Geografia. História da Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz os resultados de pesquisa sobre a perspectiva escolanovista relacionada a prática educativa destinada aos professores de Geografia no Brasil durante a década de 1940. A pesquisa teve como objetivo compreender a perspectiva escolanovista para o ensino em Geografia, buscando entender como as ideias referentes à Escola Nova e aos métodos de ensino em Geografia circularam nos locais de discussão da Geografia escolar, no Brasil. Devido a isso, torna-se pertinente olhar para a educação como o espaço de sentido para a realidade, considerando os conhecimentos advindos de uma cultura escolar. Assim, é possível garantir o aprimoramento da formação docente.

Inicialmente, abaixo, foi evidenciada a abordagem metodológica da pesquisa. Sequencialmente, foram apresentados os resultados de pesquisa e as suas contribuições para a área da História da Educação. Nisso, estão presentes os aspectos da História da Geografia escolar, o contexto escolar da época e as concepções que auxiliaram na compreensão da perspectiva escolanovista sobre as práticas do ensino em Geografia, considerando os saberes que eram indicados para o processo de ensino dos conteúdos e as metodologias do ensino em Geografia. Por fim, realizou-se uma síntese baseada nos resultados de pesquisa alcançados.

Esta pesquisa foi desenvolvida na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) - UNESP, entre os anos de 2023 a 2025.

METODOLOGIA

A investigação envolveu a análise dos periódicos denominados *Revista Brasileira de Geografia*, *Boletim Geográfico*, *Revista Geografia* e *Boletim da Associação de Geógrafos Brasileiros*, considerando as temáticas sobre o ensino de Geografia, bem como o debate sobre a Escola Nova. Além disso, foram estudados os procedimentos escolares indicados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o período escolanovista, na década de 1940.

Para isso, houve a seleção, reunião e organização de fontes documentais e bibliográficas recuperadas na base de dados virtuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), incluindo os artigos publicados nos periódicos citados acima, bem como associados a AGB, ao CNG e ao IBGE, averiguando as possíveis reflexões que interferiram ou influenciaram o ensino de Geografia, a Escola Nova e os métodos de ensino em Geografia no período. Ademais, após os documentos terem sido recuperados, foram analisados a partir do referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural, conforme a importância de estudos que prezem pela cultura escolar, corroborando com o André Chervel.

ANÁLISE FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

O período de 1940 esteve acompanhado pela Geografia escolar, em uma perspectiva histórica, por meio do advento da escola moderna. Somado a isso, considerava-se o caráter da Escola Nova, associado as propostas de inovações pedagógicas. A partir disso, foi possível obter o entendimento sobre aquilo que era vivenciado na disciplina, mediante o apoio da Nova História Cultural na circulação das práticas escolares. Essa ideia encontra-se pautada nas subjetividades das representações escolares, ligadas às construções discursivas e às categorias mentais coletivas, envolvendo as relações de poder e as organizações sociais.

A década do estudo emergiu com a possibilidade de normatização das práticas escolares e a tentativa de mudanças na mentalidade dos professores, frente a necessidade de modificações estruturais na Educação brasileira e a propagação dos feitos políticos. Esse cenário fazia parte do projeto de modernização do Brasil, conforme às seguintes características:

[...] momento de euforia nas esferas política, econômica e educacional [...] a nacionalização do ensino passou a ser uma estratégia para se alcançar o projeto de brasilidade almejado por Vargas, uma vez que a escola pública era vista como possibilidade de unificação nacional (Dias, 2021, p. 27-28).

Também, houveram diversas instituições que agiram enquanto agentes externos, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento geográfico brasileiro, como a AGB, o CNG e o IBGE. As práticas educacionais apontadas nessas instituições envolviam o trabalho docente na sala de aula e em atividades extracurriculares. Neste processo, estavam incluídas as técnicas de ensino e os recursos didáticos como elementos mediadores da ação docente, tais como: roteiros, mapas e gráficos.

Nesse sentido, a Escola Nova apresentava uma concepção pedagógica renovadora, que valorizava o contato entre a teoria e a prática, com destaque para a adequação das necessidades individuais ao meio social. Na época, essas características foram apropriadas pelo campo do ensino de Geografia e disseminadas pelos periódicos, juntamente as ideias que incentivavam a formação de alunos autônomos. Desse modo, havia também as prescrições que destacavam o nacionalismo, as experiências que garantissem o processo ativo de construção e reconstrução do objeto, aliado as saídas a campo, sob o incentivo de uma autoaprendizagem. Para isso, se atentavam aos interesses dos alunos, as exigências sociais, a transformação dos indivíduos e ao processo de aquisição do saber. Essa situação foi complementada por Pereira (2019, p. 21), conforme informado sequencialmente:

[...] pregava a centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem, sendo este um sujeito considerado ativo no processo de aprender. Quanto aos conteúdos de ensino, advogava-se que as disciplinas estivessem voltadas para a realidade cotidiana e profissional do educando [...].

Tudo isso estava vinculado aos pressupostos alternados entre os renovadores e os católicos, numa tentativa de aproximação entre as novas e antigas tradições. De acordo com Orlando (2006, p. 46), “[...] as idéias não são produto de um único grupo. As idéias são gestadas, circulam e são apropriadas em diferentes espaços da vida social, sob as formas mais adequadas às suas necessidades”. Assim, o conhecimento partiria da realidade, buscando as condições necessárias para a atuação ou intervenção no contexto de vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos apresentados, na década de 1940, é possível afirmar que a prática educativa do ensino de Geografia continha a perspectiva escolanovista que envolvesse uma formação integral, moral, ética e ativa aliada aos ideais do nacionalismo e do Estado. Juntamente a isso, estava a finalidade do controle educacional, o preparo para a vida e a garantia da produção e reprodução dos agentes renovadores e católicos. Nesse sentido, foram abertas novas possibilidades de abordagem sobre a disciplina, auxiliando no entendimento sobre a realidade brasileira e possibilitando novas pesquisas direcionadas à metodologia do ensino de Geografia.

REFERÊNCIAS

DIAS, Angélica Mara de Lima. Revistas pedagógicas como fontes históricas de pesquisa para a Geografia escolar. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; DIAS, Angélica Mara de Lima; CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira (org.). **História da Geografia Escolar: fontes, professores, práticas e instituições** – v. 1. Curitiba: CRV, 2021.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Uma leitura católica do movimento escolanovista. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 11, n. 15, p. 45-56, jul./dez. 2006.

PEREIRA, Diego Carlos. **Movimento Escola Nova e Geografia Moderna escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.